

ATA Nº 20, DE 10 DE JUNHO DE 2025
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Vital do Rêgo (Presidente)

Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

Às 15 horas, iniciou-se a Sessão Extraordinária em Celebração aos Quarenta Anos da Redemocratização do País. Foram convidadas para compor a Mesa as seguintes autoridades: Sua Excelência o Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Vital do Rêgo; o Senhor Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha; o Senhor Senador da República, Renan Calheiros; e a Senhora Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Cristina Machado da Costa e Silva.

Estavam presentes os Ministros Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Bruno Dantas, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus; e os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

A Presidência informou que a Sessão Extraordinária fora convocada em 16 de abril de 2025, em homenagem aos quarenta anos da redemocratização do país, bem como em homenagem a Sua Excelência o Senhor ex-Presidente da República Federativa do Brasil José Sarney, que conduziu a transição democrática do Estado brasileiro.

Na sequência, solicitou que os Ministros Benjamin Zymler e Jhonatan de Jesus recepcionassem na Sala das Sessões o Senhor ex-Presidente da República Federativa do Brasil José Sarney.

Ato contínuo, registrou a presença das seguintes autoridades: o Senador Wellington Fagundes, pelo Estado de Mato Grosso; o Senhor Mauro Henrique Moreira Souza, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração; a Senhora Patrícia Baran, Diretora-Geral interina da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; o Senhor Luís Antônio Guaraná, Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro; o Ministro Emérito do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo; a ex-Senadora Kátia Abreu; o Senhor Jorge Bastos, Presidente da Infra S.A.; a Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, representando o Presidente João Batista Moreira; a Senhora Doris de Miranda Coutinho, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; o Senhor Walter Baère, Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – representando o Presidente Aloizio Mercadante; o ex-Ministro da Fazenda Dilson Funaro; e o Senhor Manoel de Andrade, Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Após a execução do Hino Nacional, o Ministro Vital do Rêgo saudou o homenageado. Em seguida, concedeu a palavra ao Ministro Bruno Dantas, que se pronunciou em nome do Tribunal de Contas da União, e à Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, que se pronunciou em nome do Ministério Público junto ao TCU. (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

A Presidência entregou ao Senhor José Sarney placa comemorativa alusiva aos quarenta anos da redemocratização da República Federativa do Brasil, ocasião em que Sua Excelência fez uso da palavra. (v. inteiro teor no Anexo II desta Ata)

Ao final, a Presidência agradeceu a todos os presentes, informou que o homenageado receberia os cumprimentos no Salão Nobre e encerrou a sessão às 16 horas e 30 minutos, da qual foi lavrada esta Ata, aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado eletronicamente)
DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 18 de junho de 2025.

(Assinado eletronicamente)
Ministro VITAL DO RÊGO
Presidente

ANEXO I DA ATA Nº 20, DE 10 DE JUNHO DE 2025
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Palavras proferidas pelos Ministros Vital do Rêgo e Bruno Dantas, bem como pela Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Sessão Solene – Homenagem a José Sarney e 40 Anos da Redemocratização

Senhoras e senhores,

Nos reunimos hoje, nesta sessão plenária extraordinária, em prol de uma celebração nobre e extremamente necessária. Em 2025, completamos 40 anos do restabelecimento da democracia brasileira. Este marco da história nacional foi concretizado em 15 de março de 1985, quando o excelentíssimo presidente, e meu querido amigo, José Sarney tomou posse.

A amizade que cultivamos ao longo das décadas é, para mim, uma grande herança familiar. Digo isso pois tanto meu avô quanto meu pai, grandes exemplos pessoais e profissionais da minha vida, conheceram e se aproximaram de Sarney durante seus mandatos como deputados.

Na década de 1990, após um mandato presidencial voltado totalmente para a construção de diálogos em favor do fortalecimento da democracia brasileira, Sarney continuou lutando ativamente no âmbito político, então no Senado Federal. Nesse mesmo período, meu pai realizava o Terceiro mandato como Deputado Federal pela Paraíba. Eu também já havia dado iniciado minha carreira política e tive a honra de conviver mais aproximadamente com Sarney. Foi nessa época que, além de admirá-lo enquanto figura pública, pude estabelecer uma amizade forte e genuína, que perpetua até os dias de hoje.

Quando ocupei os cargos de Deputado Federal e Senador pela Paraíba, entre 2007 e 2014, o apoio de Sarney foi inestimável para exercer trabalhos tão significativos e carregados de responsabilidades. Todos aqui sabem do seu pleno domínio com as palavras, algo que já está mais do que comprovado pela sua admirável carreira literária. Agora, imaginem o privilégio que é poder ter longas conversas, sobre os mais variados tópicos, com alguém tão intelectual quanto Sarney. Meu bom amigo, pode acreditar quando digo que, muitas vezes, adicionei novas palavras e expressões ao meu vocabulário graças a você.

Gostaria de destacar aqui que, no mesmo ano em que fui eleito como Senador, precisei lidar com a perda do meu estimado pai. Neste momento tão difícil, a presença e a amizade de Sarney foram ainda mais cruciais. Além do apoio incondicional, pude contar com seu auxílio ao assumir um cargo de tamanha relevância e prestígio. Ele se tornou, aos meus olhos, uma referência de destaque. Como disse, sua amizade é, para mim, uma herança familiar de valor inestimável, e nessa época tão delicada de minha vida, este sentimento foi comprovado de forma substancial.

Tenho plena convicção de que não sou o único que o vê desta forma. Posso afirmar aos senhores e senhoras que, até os dias de hoje, quando há cenários políticos complexos, com necessidade de

construção de diálogo e estabelecimento de soluções, muitos batem à porta de Sarney em busca de apoio e esclarecimento — e eu estou incluso nessa turma.

Isso só reforça que sua influência não ficou no passado. Hoje, homenageamos as suas ações de 40 anos atrás, que foram fundamentais e decisivas, mas também reconhecemos as sete décadas de sua luta política, cultural e social para tornar o Brasil um país cada vez mais democrático, baseado em valores claros de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Sua vida foi marcada pela construção de pontes, sendo um extraordinário articulador de coalizações. Não é à toa que mantém o prestígio por parte de grandes figuras públicas, com o peso de décadas de história. Exemplo disso é seu longo companheirismo com o Presidente da República, a quem inspira confiança.

A nossa relação de amizade, por si só, também é uma grande prova do valor da preservação de boas relações. Me orgulho em poder afirmar que nós ainda mantemos um diálogo aberto e conversamos frequentemente.

Meu caro amigo, agradeço a Deus pela honra de poder conviver e aprender contigo ao longo de todos esses anos. Rezo para que, a cada celebração, possamos te encontrar esbanjando a mesma sabedoria, talento, bom-humor e personalidade cativante que apresenta até hoje. Isso nos inspira e nos motiva a levar uma vida pautada por valores tão claros e firmes quanto os seus.

Eventos como este são cruciais para valorizarmos, com o devido respeito e prestígio, a peça central que mantém o nosso país firme: a democracia. Devemos sempre nos lembrar da luta que foi travada e que ainda segue atualmente. Manter a história viva em nossas mentes e corações é indispensável para garantirmos que o Brasil siga sempre em direção a um futuro pautado pelo beneficiamento dos cidadãos e participação ativa do povo.

As muitas celebrações e homenagens realizadas este ano demonstram toda a influência e o apreço que temos por suas batalhas e vitórias. São em eventos assim em que ampliamos nossas perspectivas e podemos evoluir como agentes políticos, agindo de maneira mais estratégica e plural. Esta é a nossa responsabilidade com o povo e seguiremos lutando por isso. Agradeço grandemente aos senhores e senhoras pela atenção e a você, meu querido amigo, por sua longa amizade e por sua fundamental atuação política. Uma boa sessão para todos!

Sala das Sessões, 10 de junho de 2025.

Ministro VITAL DO RÊGO
Presidente

Sessão Solene em Celebração aos 40 Anos da Redemocratização e Homenagem ao Presidente José Sarney

Discurso do Ministro Bruno Dantas, em nome do Tribunal de Contas da União

[*Nominata*]

Há nomes que não pertencem apenas à crônica do poder. Pertencem ao destino de uma nação. Nomes que resistem ao tempo porque se tornaram âncoras morais e referenciais simbólicos de uma identidade coletiva. Nomes que não se limitam ao registro biográfico, mas adquirem a densidade dos mitos fundadores. **José Sarney é um desses nomes.**

Celebrar os **40** anos da redemocratização é invocar a força silenciosa das instituições e dos homens que souberam compreendê-las não como instrumentos de poder, mas como expressão de um destino comum.

É reconhecer que a democracia brasileira, tão duramente conquistada, teve seus alicerces erguidos não por arroubos revolucionários, mas por uma rara sabedoria conciliadora. Aquela mesma sensatez de mediação e de articulação presente em Joaquim Nabuco como força construtiva das nossas instituições ao defender o abolicionismo no fim do século dezenove.

É, por fim, reconhecer que, nos momentos decisivos, a história exige não os brados, mas os gestos; não os ímpetos, mas as garantias; não os donos da verdade, mas os que sabem escutar o país.

O ano de **1985** encontrou o País nesse exato ponto de inflexão. O povo brasileiro, cansado e castigado da exceção, aspirava ao ordinário republicano, que implica: **o voto, o direito, a liberdade, o Congresso**. E, quando a enfermidade de Tancredo Neves ameaçou afundar a esperança em uma nova crise, foi José Sarney quem, com gestos de notável senso de responsabilidade, reconduziu o país ao esteio da legalidade.

Houve hesitações, houve desconfiças, houve resistências. Mas também houve firmeza. E foi com essa firmeza serena, feita de contenção mais do que de afirmação, que José Sarney iniciou a mais delicada transição da nossa história.

Preservou a unidade nacional, devolveu o protagonismo ao Parlamento e, sobretudo, convocou a Assembleia Nacional Constituinte. Destaco, senhoras e senhores, que esta decisão não foi trivial. Foi uma renúncia ao poder constituído em nome de um poder constituinte. Foi a aceitação de que a democracia só se sustenta com fundamento popular.

Essa escolha não era óbvia nem unânime, do ponto de vista da preservação do poder, mas Sarney não buscava preservar-se. Buscava preservar o país. A sua prática política jamais foi marcada pelo desejo de permanecer, mas sim, pela vocação de entregar. Entregar instituições mais fortes, entregar um Congresso reabilitado, entregar uma democracia pactuada.

O PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, de **1986**, consagrado em **22** dos **23** estados da Federação, foi a tradução popular de um acerto institucional. A sociedade reconhecia naquele governo não um projeto hegemônico, mas uma ponte entre a ruptura e a reconciliação.

A Constituinte, convocada sob a legitimidade de um Presidente que nunca traiu o verbo da moderação, foi o ponto de encontro entre a esperança e a institucionalidade. E um gesto como esse só pode ser oferecido por aqueles que têm compreensão da História. E, senhoras e senhores, Sarney a compreendia como poucos.

Leitor desde menino, herdeiro da cultura popular e da erudição clássica, homem das letras antes de ser homem de Estado, jamais perdeu de vista que a palavra antecede a norma, e que a cultura é a verdadeira alma da política. Isso porque não há verdadeira democracia sem imaginação moral, nem cidadania sem narrativa comum.

Do seu avô mestre-escola herdou o aboio dos versos; do avô político, o ritmo da oralidade popular. Conjugou Camões com o boi- bumbá, Vieira com o sertão, Gilberto Freyre com as águas do Pericumã.

O Maranhão não era para ele apenas uma origem: era um verdadeiro estilo. Um modo de narrar o Brasil com os pés na terra e os olhos nas estrelas. Com o barro das travessias e a altivez das palavras.

Essa visão de mundo moldou não apenas sua escrita, mas sua forma de governar. Sarney compreendia que o poder é também rito, que o Estado é também linguagem, e que a liderança, em tempos de crise, não exige estridência, mas sim, significado.

Por isso governou como quem escuta, como quem media, como quem representa sem se apropriar. Seu modo de governar foi o de quem reconhece que a história de um povo é feita também de seus silêncios, de seus mitos, de suas vozes múltiplas.

A democracia, para ele, não era um projeto técnico, mas uma construção cultural. Era a permanência do sonho de um povo em busca de si mesmo. E por isso sua contribuição foi mais do que institucional: foi civilizatória.

Senhoras e senhores, é também nos pequenos gestos que se reconhece a grandeza de um estadista. A relação do Presidente Sarney com seus colaboradores foi sempre marcada por confiança e respeito.

Permito-me lembrar, com comedimento, a figura de Dilson Funaro, Ministro da Fazenda do seu governo e avô de minha esposa Camila. Funaro enfrentou desafios quase insolúveis com a coragem dos que sabem que inovar é muitas vezes um imperativo ético.

A ele, Sarney conferiu não apenas a missão, mas o respaldo. E a história saberá reconhecer que o gesto de ousadia também é gesto de responsabilidade quando nasce da boa-fé republicana.

E não posso deixar de testemunhar, com discrição, um exemplo pessoal. Tive a honra de experimentar, ainda muito jovem, a generosidade intelectual de José Sarney. Era capaz de ouvir, com genuína atenção, a avaliação técnica de um assessor de 25 anos sobre um projeto de lei com a mesma gravidade com que dialogava com os grandes nomes da vida institucional brasileira.

Sabia corrigir erros com leveza, apontar rumos com firmeza, sem jamais soar professoral — embora fosse, em verdade, o mestre. Esse convívio moldou meu caráter, minha forma de compreender a política e o mundo, e me ensinou que a autoridade verdadeira nasce da escuta e do exemplo.

Não são poucos os que testemunham a coerência de Sarney ao longo das décadas. O Embaixador Raimundo Carreiro, que foi seu Secretário-Geral no Senado, é exemplo vivo de uma prática que se tornou característica da gestão Sarney: prestigiar os técnicos da Casa nas indicações para cargos de Estado. O nosso ministro emérito Raimundo Carreiro, com sua dedicação, competência e discrição, serviu ao Estado por mais de cinquenta anos, com trinta e oito deles dedicados só ao Senado Federal.

Vale reforçar que, nem Carreiro nem eu, por formação ou atuação, nos identificávamos como políticos. Ainda assim, fomos indicados por José Sarney a vagas de ministro do Tribunal de Contas da União, num gesto que reafirma a confiança de Sarney no mérito, na capacidade técnica e na institucionalidade.

O Presidente Vital do Rêgo, que hoje lidera esta Corte com firmeza e escuta atenta, também tem em sua história de vida algo em comum com o nosso homenageado. Compartilham mais do que uma trajetória política de destaque; ambos são guardiões incansáveis do povo nordestino e da voz que vem das ruas.

Em suas jornadas, traduziram em ação o compromisso com uma região que, apesar dos desafios históricos, pulsa com força, cultura e esperança. Defender o Nordeste é para eles mais que um dever político

— é uma missão de vida, uma luta por justiça social, desenvolvimento e reconhecimento.

Essa conexão profunda com suas raízes fortalece suas lideranças, com olhares sempre atentos em compreender as necessidades do cidadão brasileiro.

Presidente Vital e Presidente Sarney sabem do peso de suas missões institucionais, mas o fazem com leveza. Leveza, cumpre ressaltar, que nunca foi sinônimo de ausência, mas sim, de presença silenciosa, com escuta e observação de quem já viu o mundo mudar de rota, e soube permanecer no rumo.

Por tudo isso, senhor Presidente Sarney, o Tribunal de Contas da União lhe rende esta homenagem com gratidão e reverência.

Sua vida é a prova de que o Brasil pode ser maior do que seus impasses, mais generoso que suas elites, mais plural que seus dogmas. Sua existência é um lembrete de que a república é obra sempre inacabada, mas jamais irrelevante. E que a democracia, para florescer, precisa de memória, de coragem e de elegância.

Com a serenidade dos que não se deixaram embriagar pelo poder, Vossa Excelência ensinou que a grandeza não se impõe — ela se planta, como os juçaraís de sua terra que possibilitam sombras para que outras culturas se desenvolvam e cresçam.

Na mais alta tribuna da vida pública e sob as arcadas do verbo literário, sua presença foi sempre a de quem compreende que governar é verbo que se conjuga com imaginação e responsabilidade. Que o poder só se justifica como serviço. E que as palavras, quando ditas com verdade, resistem ao tempo como águas de rio perene — serenas, fundas, fecundas.

É esse fio de continuidade entre a vida e a obra, entre a política e a poesia, entre o Maranhão geográfico e o Brasil institucional, que sua biografia consagra. E é por isso que, ao homenageá-lo nesta celebração dos 40 anos da redemocratização, esta Corte não apenas exalta um homem: exalta um modo de pensar o país com grandeza e de servi-lo com fidelidade.

Muito obrigado.

**SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA EM HOMENAGEM AO EX-PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY E AOS 40 ANOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL
DISCURSO DA PROCURADORA-GERAL**

Bom dia a todas e a todos!

Nesta especial solenidade alusiva aos 40 anos da redemocratização do Brasil, não poderíamos deixar de homenagear o homem público que guiou o País em um dos mais sensíveis momentos de transição política de sua história recente.

Maranhense de alma poeta, o Presidente José Sarney, com sua coragem e capacidade de diálogo, conseguiu iniciar, com êxito, a consolidação da base institucional de que dispomos atualmente. Teve o discernimento necessário para lidar, de forma conciliatória, com as adversidades próprias do conturbado período de redemocratização no Brasil.

O homenageado de hoje tem, nos fatos históricos, a narrativa de relevantes serviços prestados à democracia.

Cito, como exemplo, o importante suporte que seu governo deu ao retorno de partidos políticos que, décadas antes, haviam sido colocados na ilegalidade. Essa iniciativa permitiu retirar da clandestinidade vozes dissonantes, estabelecer espaço institucional para o ressurgimento da oposição e reforçar a estrutura pluripartidária do nosso sistema eleitoral.

Destaco, ainda, como parte dos compromissos governamentais assumidos à época, a aprovação, em 1985, da Emenda n.º 25 à Constituição Federal de 1967. Além da supressão de atos de exceção, da previsão de eleições diretas e de outras notáveis vitórias, ela restaurou aos analfabetos o direito ao voto, abolido em 1881. Os avanços nos aproximaram, em definitivo, das reais democracias, as quais têm na universalização do acesso às urnas a sua premissa elementar.

Igualmente sob o governo do Presidente José Sarney, a ampliação do exercício da cidadania manteve-se no centro dos debates que levaram à elaboração do texto-base e à promulgação, em 1988, da nova Constituição Federal – não por acaso denominada Constituição Cidadã.

As conquistas do voto direto, secreto e de igual valor para todos os eleitores concretizaram os principais requisitos de uma democracia ampla para a escolha de seus governantes, e vieram acompanhadas de expressivos progressos sociais, consagrados na Carta Magna na forma de garantias.

A poucas pessoas o destino reservou tamanha responsabilidade.

O considerável salto de avanços institucionais naquele período tem sido a base de sustentação da nossa democracia nesses quarenta anos. Que, ainda nos dias de hoje, mostra a sua força ao resistir a investidas que tentam usurpar suas conquistas, para subvertê-las em prol de interesses não republicanos.

A despeito do sucesso de nossa transição política e dos reais avanços alcançados, é certo que ainda temos um considerável caminho a trilhar. Como nação, estamos distantes de estabelecer, na prática, uma sociedade plenamente democrática.

Senhoras e Senhores, não é demais lembrar que a vivência da plena democracia pressupõe uma sociedade mais justa e com iguais oportunidades a seus cidadãos. Essa fundamental premissa ainda não foi alcançada e, para caminharmos na direção correta, devemos estar sempre vigilantes, pois sempre há o risco de retrocessos indesejados.

Nada accidental, a atual gestão do TCU, encabeçada pelo eminente Ministro Vital do Rêgo, assumiu como missão oficial o aprimoramento da Administração Pública em benefício da sociedade. Ao inserir seu principal cliente no centro do planejamento estratégico, o Tribunal sinaliza que atuará sob uma inabalável orientação democrática, voltada ao aperfeiçoamento de políticas e programas de governo, em prol da melhoria dos serviços prestados pelo Estado à população brasileira.

De minha parte, na condução do Ministério Público junto ao TCU, ciente das responsabilidades que lhe competem na defesa da ordem legal e jurídica da atividade de controle externo, sigo atenta aos inafastáveis princípios democráticos que devem reger a aplicação dos recursos públicos.

Sem me alongar mais, e diante da ilustre presença de tantas autoridades expoentes da nossa República, gostaria de deixar, ainda, um último registro.

Assim como nosso homenageado de hoje, anseio que todos nós, aqui presentes nesta sessão solene, possamos, no porvir, olhar para nossa trajetória de vida e confirmar que estivemos à altura das responsabilidades que nos foram demandadas, cada qual, na nobre missão de garantir a preservação da nossa ainda jovem democracia. É o que de melhor podemos deixar para as futuras gerações.

Muito Obrigada.

TCU, Sala das Sessões, em 10 de junho de 2025.

Cristina Machado da Costa e Silva
Procuradora-Geral

ANEXO II DA ATA Nº 20, DE 10 DE JUNHO DE 2025
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Palavras proferidas pelo Senhor ex-Presidente da República Federativa do Brasil José Sarney.

Tribunal de Contas

Começo cumprindo os deveres da gratidão, agradecer ao Presidente Vital do Rego, meu velho e querido amigo e meu sempre amado e dedicado devoto, Ministro Bruno Dantas, bem como a este prestigiado e reconhecido Tribunal, encarregado pela Constituição a assessorar o Congresso Nacional e ser a Casa da eficiência, moralidade na absoluta aplicação do dinheiro público pela máquina do Estado, missão essa exercida por homens capazes, íntegros, respeitados e reconhecidos pela Nação, exercício este de Vossas Excelências.

Mas a motivação deste gesto é sem dúvida, maior que todos nós, para ser o objetivo maior do povo, a DEMOCRACIA: é ela que os une, que nos motiva, e a que temos o dever de vigiar, na expressão de atribuída a Jefferson: “O preço da Liberdade é a eterna vigilância”; a democracia da perfeita definição de Lincoln: “o governo do povo, pelo povo e para o povo”.

Mas é o mesmo Jefferson que define que o coração da Democracia é a liberdade.

Foi ela que me coube implantar depois de um regime autoritário que a sufocara durante uma longa noite.

O Brasil foi, diferente da América Espanhola, cuja independência foi feita por batalhas, com uma vocação civilista, criado por civis, que a primeira coisa que desejavam era implantar uma constituição.

Ao formar-se como Nação independente o Brasil optou por ser uma monarquia constitucional. Esta escolha se deveu em parte à visão romântica de D. Pedro, mas sobretudo, à dos brasileiros que tomaram parte no processo de independência.

O primeiro e maior desses homens foi José Bonifácio, bacharel em direito por Coimbra, como muitos de seus companheiros. Ele tinha o sonho de uma civilização nova: reforma agrária, emancipação dos escravizados, ocupação do País, educação.

Há 40 anos, em circunstâncias trágicas, coube-me assumir a Presidência da República e conduzir a Transição para a Democracia. Foi um caminho difícil e áspero, que levei a bom termo — o juízo é de um especialista, Ronald M. Schneider, brasilianista e talvez o maior estudioso da América Latina —, que diz

ter sido a transição brasileira a mais bem sucedida do mundo. Entreguei o País ao meu sucessor sob a vigência da nova Constituição.

A Nação é testemunha da tragédia com que se iniciou a transição democrática, com a morte de Tancredo Neves e a minha perplexidade ao ter que assumir a Presidência da República em um momento tão difícil, num País com tantos problemas, não tendo eu participado da organização do governo, nem da formulação do seu programa. Mesmo assim, com minha formação e experiência, procurei, por meio do diálogo, da paciência e da prudência, institucionalizar a Nova República, com o desmonte de toda legislação autoritária e a busca imediata do Estado de Direito, no qual se incluíam como pontos imediatos a eleição direta em todos os níveis, a legalização dos partidos que estavam na clandestinidade, a legalização das centrais sindicais e a convocação da Constituinte — o que fiz e que nos proporcionou a Constituição de 1988, que é o esteio do mais longo período de Democracia, vivido sem hiatos, que já tivemos no Brasil.

E a Democracia viveu dificuldades no Brasil. Conseguimos superar momentos difíceis como o 8 de janeiro e, felizmente, marchamos para consolidar os 40 anos de Constituição. Mas a Democracia também está sob ameaça em todo o mundo, do populismo autoritarista e do anarcopopulismo, como só se viu em poucos momentos do século passado.

A agressão permanente e violenta aos direitos individuais e às instituições, inclusive à constituição mais estável do mundo, que faz Donald Trump nos Estados Unidos, a crescente presença dos extremismos na Europa, sempre procurando minar o Estado de Direito, resistindo ferozmente à ação da Justiça quando chamados a prestar conta, encontra sua face mais grave nas guerras, como a da Ucrânia e a de Gaza, quando voltam-se contra as injunções da ONU e dos tribunais internacionais, tentando destruir o multilateralismo que foi a melhor herança da terrível 2ª Guerra Mundial.

Senhor Presidente,

Não foi um caminho fácil a implantação do controle das contas do Estado brasileiro. Ainda hoje, como mostram os debates suscitados pelo exame no Supremo Tribunal Federal do “orçamento secreto”, há resistência a que o dinheiro público seja usado com critério não apenas formal, mas eficiente, cumprindo os requisitos constitucionais. Essa resistência não é exclusiva do Brasil nem de nosso tempo. Antes mesmo de surgirem escritas alfabéticas ou cuneiformes, ainda no neolítico, foram usadas peças de pedra ou argila — que são conhecidas como *calculi* — para fazer o registro de gêneros, por vezes engenhosamente selados em peças de cerâmica que, quebradas, permitiam a conferência do conteúdo das cargas. Mais tarde, na Mesopotâmia, apareceram peças de cerâmica com notações de contas e selos de autenticação. Nesse primórdio da linguagem escrita, além das notações dos bens, havia já — há pouco de novo sob o sol — o registro de salários.

Na medida em que a civilização se solidificava em impérios, surgiu também a necessidade de conferir se seus agentes distantes agiam com correção. Surgem aí as grandes prestações de contas que vão se tornar um elemento político importantíssimo em Roma, com um complexo sistema de responsabilidades sobre a taxação, o controle das províncias e as despesas. Além da guerra, a mais vultosa destas era a distribuição gratuita de cereais. Quando os que tinham direito a esta — o proletariado — chegaram a 320 mil, Júlio César estabeleceu regras para retirar do direito os que tinham capacidade de se alimentar por própria conta, reduzindo o número a 150 mil. Para administrar Roma usava uma vasta rede de funcionários, magistrados e promagistrados, edis e governadores, questores do erário — o *Ærarium* ficava sob o templo de Saturno, com sua própria e pequena guarda, e nele uns poucos meteram a mão diretamente e muitos indiretamente. Muitas vezes o procônsul — depois de seu mandato consular os que chegavam ao auge da carreira tinham a responsabilidade de administrar províncias — tinha que intervir militarmente para reparar abusos.

Faço um parêntese para lembrar a proximidade de dois termos familiares a esta Casa: tanto *tribunal* quanto *tributo* vêm do latim *tribos*, isto é, a tríplice divisão dos fundadores de Roma.

Mas nossa Corte vem mais proximamente da *Cour des Comptes* francesa. A prática era que o controle do tesouro real era feito por um funcionário do gabinete real. O *Échiquier de Normandie* — isto é, o *Exchequer of England*, depois que Guillaume/William atravessou a Mancha para recriar a velha

herança institucional romana — foi um precursor no sentido de ter um local fixo para o tesouro e seu controlador. Quando Ricardo I Coração de Leão meteu a mão no tesouro de seu companheiro de cruzada Philippe-Auguste, este resolveu seguir o exemplo e criou a *Chambre des comptes*, ficando o tesouro depositado na *Tour du Temple*. Passamos do séc. X para o séc. XII. No séc. XIII São Luís cria a *Cour du roi*, elevando o *status* dos responsáveis. Finalmente Philippe IV o Belo, no alvorecer do séc. XIV, organiza o funcionamento da repartição, cada vez mais importante. Essa instituição vai permanecer até à Revolução Francesa.

Em 1791 ela foi extinta. Nos anos seguintes há um vácuo no controle das contas francesas. É Napoleão quem, entre as diversas coisas positivas que fez, recriou, com uma estrutura moderna, a *Cour de Comptes*. A instituição de Bonaparte tem uma visão mais contemporânea da necessidade do Estado, já agora separado das contas reais, controlar sua receita e, sobretudo, o modo como faz despesas para desempenhar suas obrigações.

Esse é, sem dúvida, o modelo daquela que Rui inclui na Constituição e dá existência concreta. Em sua exposição de motivos, ele dá o exato retrato da importância que tem o controle dos recursos públicos:

“O primeiro dos requisitos para a estabilidade de qualquer forma de governo constitucional consiste em que o orçamento deixe de ser uma simples combinação formal, como mais ou menos tem sido sempre, entre nós, e revista o caráter de uma realidade segura, solene, inacessível a transgressões impunes. [Um tribunal] que, colocado em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias — contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional.”

Não podendo abandonar meus anos de senador, quero lembrar que o Tribunal de Contas da União e o Senado Federal têm fortes vínculos institucionais, que vêm desde a implantação da República. Os artigos 70, 71 e 73 da Constituição Federal dão ao Congresso Nacional, com “o auxílio do Tribunal de Contas da União”, a tarefa de controle externo de todos os atos da administração pública federal, sua “fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita”. São, portanto, instituições que se completam. Para enfatizar esta ligação, Senadores e Deputados indicam dois terços dos ministros do TCU, e o Senado Federal tem a competência de aprovar os demais ministros, indicados pelo Presidente da República.

Esta proximidade entre as duas Casas está simbolizada no fato de que o criador do Tribunal tem sua presença em bronze no plenário do Senado, como seu patrono. As duas Casas estavam no centro dos interesses de Rui Barbosa, de sua ideia de construção do Estado brasileiro como caminho para o bem comum.

Rui foi, e é, uma personalidade chave de nossa história. Ninguém pode se comparar na extensão do conhecimento, na amplitude dos interesses, na capacidade de trabalho. A cuidadosa edição de sua obra completa, preparada pela Casa de Rui Barbosa ao longo de mais de 60 anos, já com 137 tomos (edições em in quarto, dessas que assinalam uma vida), basta para tornar modesto qualquer um que a aborde: não só pela quantidade, mas por sua constante e desafiadora qualidade.

Um episódio como o da crítica à redação do Código Civil e a construção da Réplica a Carneiro Ribeiro ilustra a profundidade a que era capaz de mergulhar e o que trazia em suas redes. Criticando seu velho professor, dizia que ele teria analisado cada artigo em um minuto e meio; mas ele, Rui, que tempo teve para rever “vocábulo a vocábulo” e apresentar mais de mil emendas? A diferença estava na devastadora precisão com que atingiu seu objetivo de barrar a discussão, que considerava apressada, do projeto.

A passagem de Rui Barbosa pelo Senado Federal é decisiva, se não para ele, para a Casa. Eleito pela sua Bahia, Rui estreia a 12 e 13 de janeiro de 1892. É hora de defender sua gestão no Ministério da Fazenda, sua gestão e sua honestidade, posta em dúvida no ardor das batalhas do encilhamento. Segue-se a renúncia com a frase célebre: “Com a lei, pela lei e dentro da lei; porque fora da lei não há salvação.” É este o espírito que sobre nós paira desde seu centenário, quando seu busto foi colocado no plenário da Casa.

Rui tornara-se especialista em finanças públicas como o era em tudo o mais. Ministro da Fazenda e vice-chefe do Governo Provisório, preocupado com o controle — ou o descontrole — do patrimônio público e, sobretudo, do orçamento da União, fez as grandes reformas centradas no decreto de 17 de janeiro de 1890. Até hoje são polêmicas as medidas de controle da moeda e de equilíbrio entre desenvolvimento e inflação. Foi em meio a elas que Rui propôs a criação do Tribunal de Contas.

Propôs, não. Criou. Pois ninguém pode duvidar que o papel do Marechal Deodoro da Fonseca, no decreto de 7 de novembro de 1890, é ode homologador da deliberação de Rui. É clara sua defesa da antiga ideia de Manoel Alves Branco, que cita integralmente na exposição de motivos, e mais ainda é toda ela a discussão teórica das alternativas francesas e italianas, com a opção por este modelo, que “é o mais perfeito”, e que implica no registro prévio dos atos de governo que importem em despesas (art. 3º). Rui, aliás, embora diga que opta pelo modelo italiano, distingue a versão belga, que, como a sua, limita o registro aos atos de despesa. Mas são o direito italiano e os procedimentos da Corte dei Conti — citados até nos detalhes de composição de secretarias e custos — que marcam seu exame.

Criou. Anos depois protestaria contra a “pia mentira” da Constituição de 1891, que declarava “instituído” o Tribunal de Contas em seu art. 89. O Tribunal já fora criado há três meses, e por Rui Barbosa. De fato, o nascimento do Tribunal ainda tinha um tempo a cumprir, e a hostilidade a Rui está entre as razões de Tristão de Alencar Araripe e Floriano Peixoto para repudiarem o controle sobre seus gastos. A Lei 23, de 30 de outubro de 1891, ficou sem regulamentação. Só com sua intimidade com o Marechal de Ferro o ministro Serzedelo Corrêa conseguiu vencer a resistência e fazer com que fosse promulgado o decreto 1.166, de 17 de dezembro de 1892. Em apenas um mês — a 17 de janeiro de 1893 — se daria a solenidade de instalação.

Pouco duraria a opção italiana de Rui. Em abril de 1893 Floriano rasga o sistema de registro e Serzedelo Corrêa abandona o ministério. É quando a salva a “constitucionalidade solene da instituição”, que criticara como um passo a “sofrer do enguiço em que têm deperecido, enxovalhadas, todas as fundações constitucionais da era republicana”. Sem o registro prévio das despesas, que se apagou das regras da Casa, não serviu menos o Tribunal de Contas ao Estado brasileiro. Ao longo dos anos seu papel tem sido crescente, sempre, como desejava Rui, entre o Legislativo e o Executivo, “um mediador independente, auxiliar de um e de outro”.

Senhor Presidente,

As circunstâncias me deram a honra e o prazer de ter forte amizade com muitos dos senhores e muitos de seus antecessores. Seria impossível nomear a todos, a memória me trairia fazendo esquecer a quem devia lembrar, mas os reúno em dois nomes muito significativos para esta Casa e sua História: a Ministra Élvia Lordello Castello Branco e o Ministro Marcos Vinícios Vilaça. Eu a conhecera quando, ao chegar muito jovem no Rio de Janeiro, liguei a seu marido, o jornalista Carlos Castello Branco, o Castelinho, grande nome do jornalismo e da literatura. Élvia já era então uma brilhante advogada, e logo depois se tornou, por concurso, Juíza do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro. Quando nos mudamos todos para Brasília, Dra Élvia se tornou Procuradora junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, chegando a Procuradora-Geral, cargo que ocupava há 26 anos, quando, em 1987, como Presidente da República, tive a honra e a alegria de assinar sua nomeação para esta Casa. Aqui ela esteve até 1995, quando se aposentou depois de ocupar por dois anos a Presidência do Tribunal. A primeira mulher a se tornar Ministra do Tribunal de Contas da União, Élvia era uma personalidade marcante, com opiniões incisivas que escondiam uma grande generosidade. Tivera uma juventude muito difícil, tendo enfrentado, como órfã e jovem mulher, os obstáculos para se formar, o que fez com o mesmo destaque que seu irmão, Diogo Lordello de Mello, teve como grande pioneiro do municipalismo.

Vários ministros pertenceram, como eu, à Academia Brasileira de Letras: José Américo de Almeida, Abgar Renault e Marcos Vilaça. Sucedi a José Américo, nome que tem um espaço maior na História do Brasil, como político e como escritor; e admirei Abgar como poeta e escritor antes de com ele conviver aqui em Brasília; mas a Vilaça me uniu uma amizade mais forte, quase fraterna.

Eu o conheci ainda em Pernambuco, ele chefe da Casa Civil, eu Governador do Maranhão. Eu era jovem, ele mais ainda. Tínhamos dois grandes amigos comuns: o poeta e escritor Mauro Motta, o poeta e

escritor Odylo Costa, filho. Ele teve uma carreira extraordinária: foi Secretário de Estado em Pernambuco; diretor da Caixa Econômica Federal, Secretário de Cultura do Ministério de Educação e Cultura, Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, Presidente da Funarte e, em meu Governo, Secretário para Assuntos Especiais da Presidência da República e Presidente da Fundação Legião Brasileira de Assistência, antes de assumir a função de Ministro do Tribunal de Contas da União, onde mostrou todas as suas qualidades de homem público.

Marcos Vilaça tinha, além das qualidades típicas do servidor do Estado: idoneidade e correção absoluta no trato da coisa pública.

Fiz este detalhado relato sobre a criação do Tribunal de Contas, para marcar que ele, também, tem suas lutas e resistências. Mas esta Corte é hoje intocável e venerada, por tudo que faz para o controle do erário público. Cada vez mais é prestigiada e consolida sua independência e importância.

Venho para agradecer e proclamar minha veneração por este Tribunal e minha gratidão pela sua generosidade de reconhecer a importância de minha contribuição àqueles acontecimentos da História do Brasil.

Caro Presidente Vital do Rêgo, minhas senhoras e meus senhores,

Sou sobrevivente dos episódios daquela noite de 15 de março em que Tancredo Neves adoecia e em seguida da tragédia de sua morte, quando em meus ombros caiu governar este País tão grande e de problemas tão complexos.

Os mais complexos, o primeiro deles restaurar a democracia — para isso desconstituir a estrutura autoritária e criar um estado com um arcabouço legal, que fosse, realmente, um Estado Democrático de Direito.

Felizmente atravessamos as dificuldades e as tentativas de evitar a minha posse, quando o General Walter Pires, Ministro do Exército comunicava ao Ministro Leitão de Abreu que ia levantar os quartéis e impedir a Nova República.

Relembro, por dever de consciência — e com eles quero dividir a generosidade desta cerimônia —, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves.

Eles foram figuras centrais naquele instante. Ulysses na sua coragem e determinação na oposição ao regime anterior. Tancredo ao comandar, comigo a seu lado, a engenharia política que tornou possível a vitória no Colégio Eleitoral a partir daquele momento em que renunciei à presidência do PDS e fundei a Aliança Liberal, possibilitando a maioria necessária à vitória da chapa Tancredo/Sarney.

Quero fazer aqui pela primeira vez uma observação que creio ser importante. Várias vezes o Brasil “recriou”, por assim dizer, a República. Sempre a transição para esses regimes teve dificuldades profundas, que acabaram frustrando o seu futuro.

Assim, na Proclamação da República, que foi um golpe de Estado, o Governo Provisório promoveu a Constituição Republicana, mas não soube deixar de ser um estado de exceção. Sem falar em detalhes que poderíamos desenvolver, lembro apenas a absurda dissolução do Congresso por Deodoro, que acabou em sua renúncia, e a resistência de Floriano a fazer as eleições previstas para a sucessão, permanecendo ditatorialmente no cargo, num regime de violência que contaminou toda a Velha República, sustentada em repetidos estados de sítio.

A Revolução de 1930 se tornaria ela mesma um estado ditatorial se não tivesse havido a Revolução Constitucionalista. Forçada a constituinte, o regime de 1934 pouco sobreviveu, pois começou com Getúlio forçando sua própria eleição para Presidente. Quem é democrata não se coloca acima do Estado e isto já desenhava o golpe do Estado Novo.

Em 1945 Getúlio, pressionado por vários lados, aceitou convocar eleições, mas era claro que pretendia ser candidato. Para isso libertou os prisioneiros comunistas, celebrando com Prestes a adesão ao queremismo. Quando, finalmente, Gois Monteiro impôs sua renúncia, ele já construía a solução continuísta de eleger Dutra, até há pouco seu Ministro da Guerra, num partido que comandava. Suas múltiplas eleições para o Senado e a Câmara e sua participação confusa no Congresso foram a assinatura do novo tempo. A cassação do Partido Comunista, a cooptação de uma ala da UDN foram os precursores da instabilidade que conduziram a sua eleição em 1950 e a seu suicídio em 1954. Assim o golpe militar

de 1964 estava, de certa maneira, inscrito na falta de um condutor da transição: José Linhares teve um papel honroso, mas passivo, e a força dominante foi a do próprio ditador.

!1964 não foi uma transição para a democracia, mas contra ela. Mais não preciso dizer.

Assim, quando, em 1985, a transição caiu em minhas mãos, conduzi o que foi a primeira institucionalização democrática a ser cumprida com regras claras, dentro de um regime de plena liberdade, que garanti, e de completa autonomia, que também garanti. A Constituição de que me orgulho não foi feita por mim, mas foi viabilizada por mim. Não procurei permanecer no poder, tive a visão de que o que importava não era eu, mas a democracia. Este o meu mérito e a razão, creio, do sucesso, de hoje comemorarmos 40 anos de regime democrático.

Senhor Presidente,

As circunstâncias me deram a honra e o prazer de ter forte amizade com muitos dos senhores e muitos de seus antecessores. Seria impossível nomear a todos, a memória me trairia fazendo esquecer a quem devia lembrar, mas os reúno em dois nomes muito significativos para esta Casa e sua História: a Ministra Élvia Lordello Castello Branco e o Ministro Marcos Vinícios Vilaça.

A Élvia, eu conhecera quando, ao chegar muito jovem no Rio de Janeiro, me liguei a seu marido, o jornalista Carlos Castello Branco, o Castelinho, grande nome do jornalismo e da literatura. Élvia já era então uma brilhante advogada, e logo depois se tornou, por concurso, Juíza do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro. Quando nos mudamos todos para Brasília, Dra Élvia se tornou Procuradora junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, chegando a Procuradora-Geral, cargo que ocupava há 26 anos, quando, em 1987, como Presidente da República, tive a honra e a alegria de assinar sua nomeação para esta Casa. Aqui ela esteve até 1995, quando se aposentou depois de ocupar por dois anos a Presidência do Tribunal. A primeira mulher a se tornar Ministra do Tribunal de Contas da União, Élvia era uma personalidade marcante, com opiniões incisivas que escondiam uma grande generosidade. Tivera uma juventude muito difícil, tendo enfrentada, como órfã e jovem mulher, os obstáculos para se formar, o que fez com o mesmo destaque que seu irmão, Diogo Lordello de Mello, teve como grande pioneiro do municipalismo.

Três ministros pertenceram, como eu, à Academia Brasileira de Letras: José Américo de Almeida, Abgar Renault e Marcos Vilaça. Sucedi a José Américo, nome que tem um espaço maior na História do Brasil, como político e como escritor; e admirei Abgar como poeta e escritor antes de com ele conviver aqui em Brasília; mas a Vilaça me uniu uma amizade mais forte, quase fraterna.

Eu o conheci ainda em Pernambuco, ele chefe da Casa Civil, eu Governador do Maranhão. Eu era jovem, ele mais ainda. Tínhamos dois grandes amigos comuns: o poeta e escritor Mauro Motta, o poeta e escritor Odylo Costa, filho. Ele teve uma carreira extraordinária: foi Secretário de Estado em Pernambuco; diretor da Caixa Econômica Federal, Secretário de Cultura do Ministério de Educação e Cultura, Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, Presidente da Funarte e, em meu Governo, Secretário para Assuntos Especiais da Presidência da República e Presidente da Fundação Legião Brasileira de Assistência, antes de assumir a função de Ministro do Tribunal de Contas da União, onde mostrou todas as suas qualidades de homem público.

Marcos Vilaça tinha, além das qualidades típicas do servidor do Estado — idoneidade e correção absoluta no trato da coisa pública —, um sentimento da inovação e da reforma que o levavam a sempre aperfeiçoar as instituições por onde passava. Estas qualidades ele levou para a Academia Pernambucana e para a Academia Brasileira, quando as presidiu.

Marcos Vilaça vinha de uma família pernambucana tradicional, filho de Antônio Vilaça e Evalda Rodrigues Vilaça. Casou-se com uma das melhores filhas de Pernambuco, a quem Odylo Costa, filho fez “Baronesa do Limoeiro”, e tiveram três filhos, Marcantônio, grande talento falecido prematuramente, Rodrigo Otaviano e Taciana Cecília.

Não posso deixar de destacar um de seus inúmeros livros, o *Coronel, Coronéis*, marco sobre a sociologia política do Nordeste, ao lado do *Coronel, Enxada e Voto*, de Vitor Nunes Leal. E também devo lembrar que cumpriu as funções de meu Secretário naquele momento especialmente difícil da minha vida e da vida da República, com a doença e falecimento de Tancredo Neves, em que atravessamos noites sombrias na esperança desenganada de sua recuperação, ponto inicial destes quarenta anos de

redemocratização que celebramos nestes dias, servindo depois como Presidente da Legião Brasileira de Assistência, pedra angular do Tudo para o Social, programa que foi um dos pontos centrais de meu Governo.

Sempre com o receio de esquecer de alguém — espero que relevem as falhas de memória de quem chega aos 95 anos — não quero deixar de ao menos mencionar alguns dos meus amigos ministros do TCU por quem tenho especial estima, como o Thales Ramalho, o João Agripino, o Guilherme Palmeira, o Henrique La Rocque, o Homero Santos, o Paulo Afonso, o Ministro Octávio Gallotti, o Luciano Brandão.

Com a memória da amizade passada e o agradecimento à amizade presente, peço licença para terminar estas palavras.